

ROMANS, Mercè; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume.
Profissão Educador Social. Tradução: Ernani Rosa.
Porto Alegre: Artmed, 2003. 206 p.

Dinora Tereza Zucchetti*

O livro editado pela Paidós, em 2000, sob o título original *De profesión: educador (a) social*, produzido em colaboração, reúne pesquisadores que vêm discutindo, na Europa, a Pedagogia Social - tema emergente no Brasil. Trilla, Petrus e Romans, da Universidade de Barcelona, direcionam a obra àqueles que exercem (ou desejam exercer) a profissão de educador social. Dividida em três capítulos, escritos respectivamente pelos autores, aborda: O Universo da Educação Social, Novos Âmbitos em Educação Social, e Formação Continuada dos Profissionais em Educação Social. De forma geral, os autores refletem sobre a Pedagogia Social, ressaltando-a como área de conhecimento em Educação Especializada, Educação de Jovens e Adultos e Educação Sociocultural.

Inicialmente, Trilla afirma que a Pedagogia Social nada mais é do que uma das ciências da educação que tem por objeto a educação social de indivíduos. No entanto, é crítico quanto ao uso que dela se faz enquanto processo educativo relacionado exclusivamente à educação não formal e ao desenvolvimento da sociabilidade de sujeitos *em situação de conflito social*. Com base nas constituições europeias, o autor reafirma as práticas de educação como direitos humanos, em que palavras como grupo, comunidade, participação, diálogo e território são algumas das expressões que demonstram a dimensão política que a educação social vem adquirindo na Europa.

Trilla defende a formação em nível de Graduação, sendo que os diplomados em Educação Social são nomeados Educadores Sociais e intervêm com sujeitos em situação de conflito, com adultos, com a terceira idade e com crianças e jovens. Segundo o autor, a Pedagogia Social/Educação Social por muito tempo ocupou o lugar de parente pobre da Pedagogia (escolar), situação que vem se alterando principalmente porque seus saberes, em princípio artesanais, têm produzido conhecimento através da investigação científica necessária diante da sua crescente profissionalização.

Petrus, na segunda parte do livro, destaca que, em uma sociedade em constante mudança, surgem diferentes necessidades educativas. A proteção da família, da infância, o bem-estar da/na terceira idade e a saúde, ao se converterem em

direitos individuais e coletivos, demandam práticas educativas. Assim, as leis, a organização das cidades, o lazer, a cultura e a economia assumem valor pedagógico e, por vezes, incidem sobre os cidadãos de forma mais educativa do que a escola. Seguindo esse pensamento, o autor afirma que a educação formal (escolar) não tem sido capaz de transformar-se no mesmo ritmo das mudanças que demandam educação (sentido genérico), porque se move lentamente, comparativamente aos fenômenos sociais e culturais. A educação, ao desejar ser patrimônio da escola e da pedagogia, deixou de reconhecer que, para além da necessidade de desenvolver competências voltadas para o mundo do trabalho, também precisa voltar-se à formação da cidadania e à participação social. Portanto, não é possível atribuir à educação caráter exclusivamente escolar diante de sua essência político-social.

Violeta Núñez, em 'Los nuevos sentidos de la tarea de enseñar. Más allá de la dicotomía enseñar vs. Asistir', de 2003, afirma que esse começo de século mostra, com crueldade, que a escola que forma as novas gerações não é suficiente frente às demandas que emergem de uma sociedade globalizada. Estas pressupõem que a transmissão dos valores e a distribuição dos bens culturais sejam associadas às experiências de mobilidade e confrontação, o que só é possível na medida em que a escola se associe, em rede, a outras instituições.

É nesse contexto de críticas às instituições escolares, enquanto espaço hegemônico de ensino-aprendizagem, que a Pedagogia Social/Educação Social vem se consolidando na Europa, em países como a Alemanha e a Espanha, entre outros. Nesse sentido, segundo Petrus, é obrigação da educação social propor uma ação intercultural a partir do respeito à cultura de origem de cada indivíduo. Assim, espaços que até a década de 90 não eram considerados educativos passam a sê-lo, a exemplo da política, da produção, da saúde, do ócio. Isso pressupõe uma nova visão para a Educação Social, que rompe com uma concepção associada à educação especializada, emergida no pós-guerra, cujo objetivo era ajudar as populações no enfrentamento às mazelas sociais, aproximando-se demasiadamente da prática do Serviço Social. Diante de uma nova concepção, o autor reflete sobre a violência como

* Professora do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade, da Universidade FEEVALE/RS. E-mail: dinora@feevale.br

fenômeno social e problema educativo, a educação para a terceira idade, o lazer e seu componente socializador, entre outros temas.

Por último, na terceira parte da obra, Romans se pergunta sobre as funções e as competências do educador social e, detalhadamente, as descreve. Entre as primeiras destaca: reeducar os indivíduos em seu sentido mais amplo, promover atividades socio-culturais, informar e orientar relações institucionais que se desenvolvem no âmbito familiar, nas comunidades, com pessoas, individualmente, e nas instituições. Quanto às competências (está consciente quanto à dificuldade de estabelecer uma definição única para o termo), além de conhecimentos de generalidades próprias à formação acadêmica, dada por diferentes currículos, destaca que o educador social deve desenvolver a capacidade de intervir no plano educativo, trabalhar em equipe, gerir recursos e realizar formação continuada. Considera imprescindível ao exercício da profissão o conhecimento que emerge das mudanças sociais, da população, da cultura, do trabalho, ou que deles derivam.

O saber fazer refere-se às estratégias e dinâmicas que potencializam os coletivos com o propósito de otimizar uma prática educativa. Entre elas, Romans destaca fóruns de debates, supervisões, intercâmbios, elaboração de revistas e convocatórias para discutir temas emergentes. Na sequência, o autor chama a atenção para a prática do “profissional [que] resolve as questões que o outro, a pessoa a que se pretende ensinar, teria que aprender a questionar, a fazer, a produzir” (p. 254), reconhecendo-a como equivocada. Pretende com essa questão referenciar o exercício de uma profissão que, mesmo sem receitas prontas, pode desenvolver um protocolo de intervenções que oportunize a integração de grupos e que estimule o grau de responsabilidade de cada um com si mesmo e com o meio.

De outros estudos sobre o tema, destacam-se Agustín Morón Marchena, Juan Saez Carreras e José Antonio Caride como importantes autores que produziram um quadro teórico-metodológico detalhado sobre a Pedagogia Social/Educação Social e que também referenciam que a profissão precisa dar respostas educativas aos desafios sociais, econômicos e culturais emergentes.

Essa aproximação entre autores permite apontar, como um consenso entre os que estudam a Pedagogia Social, sua gênese generalista. No entanto, as bases teóricas dessa área de conhecimento, bem como os recursos metodológicos descritos por diferentes autores, evidenciam uma educação com fronteiras pouco definidas voltada a segmentos muito específicos da população, uma vez que trata de sujeitos com alguma desvantagem social. Neste sentido, a Pedagogia Social busca uma formação versátil.

No que se refere ao contexto brasileiro relativo às práticas de educação não escolar (preferimos não recorrer ao conceito de Pedagogia Social), percebemos a existência de movimentos distintos que delineiam um vasto campo de dispersão que associa práticas de educação externas à escola voltadas a sujeitos previamente determinados. Nesse sentido, nos sítios de universidades brasileiras, identificamos linhas de pesquisas, grupos de estudos, disciplinas de cursos de formação de professores (na graduação e pós-graduação), projetos de pesquisa e eventos científicos que abordam práticas de educação não escolar, geralmente tratadas como educação não formal/informal e isoladas como temáticas especiais.

Tais experiências evidenciam que, mesmo diante de negativas como a defendida por Trilla, estamos diante de uma oposição entre a Educação Escolar e a Não Escolar, uma Pedagogia (escolar) e uma Pedagogia Social. Isso permite afirmar que, no caso brasileiro, mesmo com o alargamento do conceito de educação propiciado pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, com a emergência de práticas educativas oriundas do Terceiro Setor e com a proliferação de Organizações Não Governamentais e suas ações socioeducativas, em geral, estas não são sistematizadas como práticas de educação. Tampouco, inúmeras experiências que advêm do campo social parecem resgatar e incorporar os estudos de Paulo Freire e da Educação Popular como base epistemológica para uma práxis no campo educacional. É o caráter assistencial que se vê, sobremaneira, reforçado.

Outrossim, diante do crescimento dessas intervenções, cabe também perguntar: quem é o educador social em nosso país? Certamente, não é o líder comunitário de outrora, nem o cuidador em tempos de Código de Menores (1979), legislação que antecedeu o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), nem tampouco o professor com uma formação acadêmica centrada na prática escolar. São muitos os que se nomeiam educadores sociais, mas, em geral, eles não possuem formação acadêmica, alguns sequer concluíram o Ensino Médio, enquanto outros atuam com base na própria experiência ou na de familiares engajados que lhes servem de modelo.

Na medida da urgência que a temática demanda e das crescentes experiências que emergem de um cotidiano em ebulição, sobram questões a serem respondidas nesse campo de conhecimento.